



Estado, democracia e lutas sociais

**Ana Targina Rodrigues FERRAZ
Franciani BERNARDES**

A maior parte da população brasileira, a saber, a população negra e pobre, moradora de nossas periferias vive sob a égide do medo. Medo de a qualquer momento ser vítima de 80 tiros ou de balas perdidas em operações de “rotina” da polícia militar e/ou do exército, das inundações e do colapso de suas moradias. Entretanto, usar a palavra rotina entre aspas não tem mais razão de ser. A barbárie como modo de ação das forças repressivas, a incivilidade e o autoritarismo dos atuais mandatários do Brasil normalizaram a exceção e o disparate, as “verdades” sem qualquer comprovação histórica ou validade científica (o país não experimentou por mais de 20 anos uma ditadura militar, não existe aquecimento global, nossas escolas tem seus currículos orientados pelo marxismo cultural, recursos públicos tem sido usados para promover “encontrão de índios”).

Todas as ações (a reforma da previdência, a facilitação do acesso às armas de fogo, o assalto às terras indígenas, a licença para matar para as forças policiais, uma contenção ainda maior dos recursos das políticas de saúde e educação, nenhuma preocupação com a destruição do ambiente, a perseguição aos que pensam de forma diferente) do atual governo estavam anunciadas nos 83 slides do programa do candidato à presidência registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A barbárie e a violência, real e simbólica, como modo de ação transformam nosso simulacro de democracia, de Estado democrático de direito, em caricatura. Ou seja, pouca relação guarda com os modelos democráticos liberais dos países capitalistas avançados e se destacam seus traços mais perversos (o desrespeito às regras, às inúmeras exceções às regras como forma de contemplar os interesses de banqueiros, empresários e latifundiários, a operação seletiva da polícia e do judiciário que penaliza, sobretudo, os mais pobres, o *toma lá dá cá* do nosso secular jogo político).

Um Estado fundado na pilhagem dos abundantes recursos naturais destas terras e na violência assassina contra os povos originários e africanos escravizados, não constitui muito mais do que um dispositivo de controle sobre qualquer iniciativa de sublevação dos explorados. A impossibilidade do capitalismo brasileiro em suas relações de dependência com o capital internacional incorporar milhões de trabalhadores e de desprovidos dos meios de produção no campo e na cidade aos frutos do desenvolvimento capitalista, limita, conseqüentemente, as possibilidades de exercício da hegemonia política por parte da burguesia. Deste modo, o exercício do poder pela burguesia brasileira só pode se manifestar como esforço permanente de contenção, repressão e extermínio dos descontentes, dos que lhe fazem oposição e daqueles desnecessários à reprodução do capital, um exército crescente de desempregados e miseráveis.

A carta constitucional de 1988, fruto de pactos entre progressistas e conservadores, estabeleceu parâmetros civilizatórios para a convivência entre as classes sociais no Brasil ao incorporar elementos próprios das democracias liberais como a ampliação dos direitos políticos e sociais. Entretanto, desde sua promulgação, em outubro de 1988, a carta não apenas tem sido atacada e descumprida, mas, literalmente, retalhada e emendada. As mais recentes iniciativas nesta direção acabaram, com apenas um decreto, com inúmeros conselhos nos órgãos estatais, retrocedendo em relação ao avanço da participação popular nos processos decisórios estabelecidos na constituição.

As lutas e organizações que avançaram em 2013 ao mesmo tempo em que revelaram a potência do descontentamento que se gestava durante os governos Lula e Dilma do Partido dos Trabalhadores, também mostraram a face, até então semi-oculta, da extrema direita brasileira. O medo da revolta dos “de baixo”, da potência contestatória que se manifestou em 2013, despertou o ódio virulento de conservadores e reacionários, que unidos aos nossos “liberais”, orquestraram o golpe parlamentar de 2016, condição necessária para afastar do poder o petismo e seu reformismo fraco, retomando com maior celeridade a agenda contrarreformista que avançou sobre direitos sociais, trabalhistas e ambientais e mesmo sobre os direitos individuais com uma agenda regressiva em relação aos direitos das mulheres, da população indígena, negra e LGBTI. A eleição de um representante dessa extrema direita para a presidência da república recolocou em marcha acelerada o autoritarismo típico da burguesia tropical. O objetivo é extinguir com qualquer organização minimamente progressista e que possa representar qualquer ameaça ao poder do grande capital.

Tal contexto tem tornado a luta política um pesado esforço. A perseguição e a mentira envolvendo lideranças e participantes de movimentos sociais, coletivos e redes são estratégias deliberadas de enfraquecimento dessas organizações. A aprovação de leis que dificultam a sua sobrevivência material (como o decreto presidencial que invalida os acordos estabelecidos pelos sindicatos em seus órgãos decisórios para cobrança de contribuições dos sindicalizados) e os ataques rotineiros à liberdade de expressão e direitos conquistados, impõem reveses cotidianos e a necessidade de uma postura constantemente reativa.

Por um lado ainda notamos manifestações de resistência, que desde 2016, são organizadas por importantes segmentos dos subalternizados (trabalhadores e estudantes, por exemplo), por outro são enormes os desafios para pensar um programa alternativo no campo da esquerda que seja capaz de aglutinar suas diferentes tendências e as diferentes frações da classe trabalhadora em torno de um caminho ainda não traçado, de uma revolta ainda não realizada, de uma ruptura com o estabelecido e com as instituições conhecidas.

Neste sentido, os artigos publicados neste número sob o tema “Estado, democracia e lutas sociais” representam esforços de reflexão sobre este momento da sociedade brasileira e ainda que demonstrem o quanto precisamos nos debruçar como estudiosos sobre este contexto, são reflexões importantes sobre suas diferentes facetas.

Portanto, para inaugurar a seção de artigos temáticos, o texto de Rémy Herrera intitulado *A colonização Vista por Marx*, traz uma constatação, segundo o autor incontornável, de que a violência torna-se inerente à gênese do capital industrial. Todos os elementos apresentados ao longo do texto constituem, em toda a sua complexidade, uma fonte valiosa sobre a evolução

do pensamento de Marx acerca da colonização e da expansão do mercado mundial como um processo inseparável do modo de produção capitalista.

A continuação, em *Crise, sujeito histórico e consciência de classe: uma abordagem meszariana*, Rafael Bellan Rodrigues de Souza, com base no pensamento do filósofo húngaro, IstvánMészáros, nos mostra como o espírito desumanizador e destrutivo do modelo de reprodução do capital tem avançado cada vez mais e intensificado o processo de esgarçamento do tecido social. Nesse sentido, reforça que a prática coletiva e a luta organizada constituem-se como espaços privilegiados para aflorar a luta de classes.

Com base em uma análise histórico-conceitual, Célia Barbosa da Silva Pereira suscita o debate sobre *A atualidade da classificação político-ideológica: esquerda e direita*. Em suas análises, aponta que a direita pode ser entendida como uma força do direcionamento político e ideológico que sustenta as estruturas econômicas, políticas e culturais, conectadas à reprodução do sistema capitalista; enquanto a esquerda se situa como uma força propulsora que direciona as massas à construção de um projeto socialista impulsionado pela classe trabalhadora.

No artigo seguinte, Francisco Cantamutto, em *El falso péndulo: América Latina y el Caribe en el desorden global*, promove uma análise de conjuntura da América Latina e Caribe à luz da economia política, ante o ideário liberal-conservador. Enquanto, por sua vez, Paula Raquel da Silva Jales e Solange Maria Teixeira trazem uma discussão sobre *O Estado neoliberal vs projeto democratizante: implicações na Política de Assistência Social brasileira*. As autoras analisam de que forma os direcionamentos da Nova Direita – que comungam com os pilares de sustento do sistema capitalista – interferem na Política de Assistência Social brasileira.

Sob o título *Gênese e ocaso do Estado “neodesenvolvimentista: ofensivas à Seguridade Social brasileira*, o artigo de autoria de Larissa Martins de Almeida, Sayonara Santos Andrade e Sheyla Suely de Souza SILVA, aborda os percursos da ofensiva neoliberal no Brasil e problematiza seus impactos na Seguridade Social.

E a continuação, assinado por Rosa Maria Marques e intitulado *Permanência e ruptura na proteção social brasileira no período recente*, o sétimo texto da seção de artigos temáticos aponta para os aspectos das políticas sociais que denotam continuidade ou risco de ruptura com relação ao estabelecido na Constituição de 1988. Para tanto, a autora investiga os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Michel Temer (MDB) e analisa as implicações das ações governamentais no que tange o Programa Bolsa Família, a Previdência Social, as decisões políticas sobre o salário mínimo, o seguro desemprego, o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e, por fim, a Emenda Constitucional 95.

Com base em pesquisa bibliográfica e documental o manuscrito *Feminismo, e políticas públicas: desafios à emancipação*, das autoras Márcia da Silva Pereira Castro e Telma Gurgel, suscita uma análise a partir de relatórios de pesquisas realizadas nos últimos dez anos sobre políticas públicas e o movimento feminista no Brasil. Investigam o papel do Estado na proposição das políticas sociais públicas e situam os principais elementos desse debate no interior do feminismo no país.

O penúltimo artigo deste número, *O protagonismo político das famílias de um CAPS*, de Ana Carolina Becker Nisiid e Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva, traz uma reflexão sobre a atuação política das famílias de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) através da Associação de Pacientes, Familiares e Funcionário. Com base em uma análise documental e entrevistas semiestruturadas, o estudo de caso revela, no entanto, que por falta de informação sobre a Política de Saúde Mental e sobre os princípios da Reforma, algumas famílias ainda encontram-se limitadas no que se refere a possibilidades de avanço dessa associação.

E para fechar esta edição, o trabalho *Comunidades tradicionais e sindicatos em conflito com estado e capital em Barcarena (PA)*, de autoria de Marcel Hazeu, Solange Gayoso e Nádia Fialho Nascimento, discute a atuação política de comunidades tradicionais e de trabalhadores na Amazônia, ante o avanço das forças do capital nessa região. Trata-se de uma denúncia contra a violência e a destruição causadas por uma disputa territorial de espaços.

Diante de todo o exposto, nos somamos à compreensão de Herrera de que o modo de produção capitalista, apesar dos avanços que pôde ter tido, “está em guerra contra toda a humanidade” e por ela deve ser ultrapassado.

Aos autores e autoras, pareceristas e demais colaboradores (as) desta edição, gostaríamos de expressar o nosso agradecimento.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura!



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.
